

## TCU condena reponsáveis por fraude no INSS

O Tribunal de Contas da União (TCU), em razão de irregularidades que causaram prejuízos de R\$ 420.868.104,73 ao cofres do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), decretou cautelarmente pelo prazo de um ano a indisponibilidade de bens e condenou em débito, solidariamente, Alaide Fernandes Ximenes, segurado e beneficiário direto pelos pagamentos irregulares; Ilson Escózia da Veiga, advogado; Sérgio Jardim de Bulhões Sayão, ex-procurador-geral do INSS; João Carlos Catanhede Lopes Cardoso, falecido, ex-procurador Autárquico, ex-chefe da Procuradoria de Duque de Caxias (RJ) e chefe substituto da Procuradoria de São João do Meriti; Adalto Rodrigues, servidor do INSS e Chefe da equipe de Acidentes do trabalho; René Manoel da Silva Gomes, procurador autárquico e chefe da Procuradoria Judicial-substituto.

Gomes, Rodrigues e Cardoso eram servidores do INSS, ocupavam cargos de destaque na Instituição e compactuaram com fraudes patentes que propiciaram pagamentos a um só segurado de benefícios, a valores atuais de mais de R\$ 400 milhões de reais. Já Veiga utilizou-se de artifícios para fraudar a previdência como retirada e rasuras de peças do processo, e Sérgio Sayão concordou com os cálculos exorbitantes, autorizou os pagamentos e determinou a realização de depósitos na conta do advogado Ilson da Veiga.

O TCU fixou 15 dias para que os responsáveis quitem recolham o débito. O ministro-relator do processo foi Marcos Bemquerer.

Número do Processo:

TC-020.637/1992-6 Plenário

## TCU e AGU definem projeto para agilizar execução judicial

O presidente Valmir Campelo reuniu-se, em seu gabinete, com o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, para definir procedimentos de cooperação técnica entre o TCU e a Advocacia-Geral da União para agilizar a execução judicial de acórdãos do tribunal. Participaram também do encontro o ministro Ubiratan Aguiar, o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, além do procurador-geral da União, Moacir Antônio Machado da Silva.

Somente em 2002, o TCU encaminhou à AGU cerca de mil processos, que totalizam ajuizamentos no valor total de aproximadamente R\$ 560 milhões. Entre as medidas a serem estudadas está a criação de uma unidade da AGU, no edifício-sede do TCU, para a qual seriam encaminhados, logo após a apreciação pelo Plenário, todos os processos de execução em curso para a adoção imediata das medidas processuais necessárias.

O TCU deverá designar servidores, na sede e em todas as secretarias de controle externo nos estados, para acompanhar e instruir os processos de execução da dívida em favor da União, resultantes das condenações consolidadas em seus acórdãos, devendo transmitir à AGU todos os dados referentes à tramitação das ações de execução já propostas, devidamente atualizados e discriminados, por estado. A AGU cooperará com os servidores designados pelo TCU no sentido de abreviar a tramitação de todos os processos condenatórios, propondo as medidas judiciais adequadas, tão logo receba a documentação necessária.

## TCU e Controladoria-Geral da União propõem ação conjunta

Ministros do TCU reuniram-se em 29 de janeiro com o chefe da Controladoria-Geral da União, ministro Waldir Pires, para definir medidas que permitam maior interação entre o Tribunal de Contas da União e a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), com vistas principalmente a evitar a duplicação de esforços e o desperdício de recursos públicos.

Entre as ações mais imediatas propostas está a integração entre os planos de auditoria do TCU e os de fiscalização e auditorias da SFC, bem como a padronização de metodologia: conceitos, técnicas e procedimentos. Os dois órgãos deverão melhorar, também, o fluxo de informações, com uso mais intensivo da tecnologia e integração entre os sistemas informatizados.

Foi discutida, ainda, a realização de trabalhos conjuntos para desenvolvimento de mecanismos de fiscalização, principalmente em municípios dos diversos estados, bem como a intensificação de treinamentos conjuntos de servidores, visando a harmonização de conhecimentos e diminuição de custos.

Participaram do encontro, no edifício-sede do TCU, o presidente Valmir Campelo, os ministros Adylson Motta, Iram Saraiva, Humberto Souto, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler, Lincoln Magalhães da Rocha, Marcos Bemquerer Costa, além do procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, e o subcontrolador-geral da União, Jorge Hage.